

jaguar se converte em um verbo sempre no infinitivo: um modo de espreita e, portanto, um modo de ler. *Jaguare-tama*, o livro, nos conduz por uma terra reonçada, e aponta, assim, para outras maneiras de imaginar também a teoria e a crítica literária realizadas em torno do abismo chamado Brasil.

Mariana Ruggieri

https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_17

MESTIÇAGEM, IDENTIDADE

E LIBERDADE.

Antônio Risério

Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2023

356 páginas, ISBN 978-65-5897-024-8

Poeta, antropólogo, romancista, tradutor e ensaísta, Antonio Risério possui uma biobibliografia consolidada no meio intelectual brasileiro: de *Caymi: Uma utopia de lugar* (1993) a *As sinhas pretas da Bahia: Suas escravas, suas jóias* (2021), passando por *Textos e tribos* (1993), *A utopia brasileira e os movimentos negros* (2007), *A cidade no Brasil* (2012) e *A casa no Brasil* (2019), dentre outros títulos, Risério atuou em oposição ao regime militar brasileiro, junto à organização clandestina de esquerda Política Operária (Palop), chegando a ser detido; editou revistas de poesia experimental, integrou grupos de trabalho responsáveis pela implantação de diversas fundações e centros de referência cultural, foi criador e diretor do projeto de proteção e recuperação dos

terreiros de candomblé de Salvador, realizou argumentos e roteiros para televisão, teve composições suas gravadas por reconhecidos nomes da música popular brasileira, fez parte dos núcleos de criação e estratégia das campanhas presidenciais de Lula da Silva em 2002 e 2006, de Dilma Rousseff em 2010, passando a atuar junto a Eduardo Campos (Partido Socialista Brasileiro) até 2014, em decorrência de seu rompimento político e ideológico com o Partido dos Trabalhadores. Não é fácil apresentar uma figura desta monta, e este é apenas o resumo do esboço biobibliográfico que acompanha o recente *Mestiçagem, Identidade e Liberdade*, publicado no Brasil pela Topbooks Editora em 2023.

Talvez ainda mais difícil seja apresentar este seu último livro no turbilhão destes nossos tempos, uma vez que a sua proposta não é nada menos que a de se atirar ao seu centro, pelo menos ao centro do que Eduardo Lourenço, evocado por Risério, denominou por “tempo brasileiro”. Para tanto, o autor não economiza na ênfase e naquilo que se poderia considerar como “tom polêmico” – mas isto é apenas dizer que Risério é Risério, vã tautologia. Peço que me relevem uma última vanidade, espero eu, a qual consistirá em cometer aqui uma das tantas grosserias (ou ausências do que dizer) que têm caracterizado parte significativa das recepções críticas contemporâneas: projetar sobre o texto a sombra do que se espera dele, mas que não está lá, isto é, observar e discorrer sobre o que não foi dito ou

citado, geralmente ao sabor das idiosincrasias daquele que se propõe a comentar o texto. Não o faço por gosto, nem por indelicadeza, ainda menos por ausência de noção da grosseria, mas por um alerta ao potencial leitor interessado nos temas que título e capa prometem. Risério não se propõe a discutir de perto com o que se considera como a tradição do ensaísmo brasileiro, a qual fez jorrar rios de tinta sobre o seu temário: Couto Magalhães, Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Abdias do Nascimento, Darcy Ribeiro, se são, em parte e alguns deles, mencionados, são pouco ou nada desenvolvidos, nuvens de chuva no horizonte de expectativas de quem esperava por algo neste modelo. Por outro lado, as nuvens se dispersam e o horizonte se amplia, porque Risério, com maior ou menor frequência e concessão de espaço, convoca em seu texto figuras nacionais e estrangeiras tão díspares como Kwame A. Appiah, Pascal Bruckner, Sérgio Paulo Rouanet, Elisabeth Roudinesco, Slavoj Žižek, Stuart Mill, Hannah Arendt, Friedrich Hayek, Amartya Sen, Vilém Flusser, Guerreiro Ramos, Richard Dawkins, Mathieu Bock-Côté, dentre muitos outros e com direito ainda a citações e comentários acerca de Heine, Guimarães Rosa, James Joyce e Mia Couto. Como se vê, há “demais” para que o foco esteja no “de menos”; ou, no mínimo, revalida-se, neste ponto, o dito de Guimarães Rosa de que, também aqui, o livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.

A ampla variedade de autores desfila pelo texto com rendimentos desiguais. Afinal, Risério não se propõe a redigir um trabalho acadêmico, mas o que denomina por “ensaio-testemunho”, “onde o *en passant* reina” (p. 250). Procura assim reunir, a um só tempo, a mobilidade assistemática do ensaio, em suas idas e vindas, com a pretensão documental do testemunho, uma vez que não apenas reflete sobre as questões às quais se coloca, mas também deixa perpassar o seu texto por um tom de denúncia apaixonada e bastante pessoal, equilibrando-o – ou desequilibrando-o – entre a reflexão de quem pensa e a emoção de quem vive a história. Reflexão aberta para fora do caixilho sistemático que o ensaio extravasa, exigida pela complexidade de sua temática ternária, mas una; emoção insuflada por ser testemunha de uma alteração da utensilagem intelectual brasileira talvez sem precedentes e aplicada a um dos elementos centrais, seja para o bem ou para o mal, da vida social, cultural e intelectual do país, a mestiçagem. Mestiçagem que, esclarece logo de início, não é o mesmo que miscigenação: esta, entende-a como os “processos de cruzamento genético”, enquanto a mestiçagem é o processo a partir do qual “a miscigenação é reconhecida social e culturalmente” (pp. 26-27). Aqui, não estamos longe de Gruzinski, ainda que o autor prefira trazer Dawkins à baila e estabelecer um paralelo entre genes e memes, respectivamente.

Tema delicado pelas suscetibilidades que provoca a partir dos usos que lhe foram dados ao longo da história social e política brasileira, ora mobilizado pela classe dominante brasileira como expectativa de embranquecimento populacional, ora posto como horizonte utópico de uma possível “democracia racial” a ser experimentada num amanhã que nunca chega, Risério toma a miscigenação como a base genética da sociedade brasileira e a mestiçagem como o seu processo de desenvolvimento histórico. E isto, independente dos juízos de valor que lhe possam ser aplicados a depender das análises de conjunturas históricas, é um dado objetivo da realidade brasileira. Ignorá-lo ou negá-lo é ignorar e negar ao próprio Brasil e hoje não falta quem o negue por três, vinte ou cem vezes, aplicando às análises (ou discursos) sobre a sociedade brasileira uma terminologia alienígena, sem qualquer *mutatis mutandis*, oriunda das discussões acadêmicas norte-americanas, as quais têm por base a história e o contexto sociais inteiramente diferentes dos Estados Unidos da América, com algum teor de separatismo ou segregação já no nome, para não falar na proliferação de “*hyphenated-Americans*” – como bem observou Harold Cruse, curiosamente não traduzido no Brasil – compartimentados em cômodos desiguais da nacionalidade do país norte-americano e que de há uns tempos para cá têm passado a designar também a hifenizados-brasileiros. Nunca esteve inteiramente

equivocado Gonçalves Dias, mas as aves que aqui gorjeiam têm há muito se esforçado para gorjearem como lá.

Numa velocidade avassaladora, este panorama mental agringalhado passou a nota dominante da paisagem intelectual brasileira, a qual possui suas “aves raras”. Não faremos sua ornitologia: Risério, nalguma medida, já a fez e promete continuar a fazê-la em mais dois volumes que anuncia para inteirar, com este, uma trilogia: *Cidade, Mestiçagem e Ascensão Social* e *A Questão Parda*. Mais importante é destacar que o espírito de Antonio Risério parece acossado pelo mesmo espinho que incomodara a Manoel Bomfim há quase um século atrás: a nacionalidade brasileira seria dependente da ideia da mestiçagem, desmontar a esta seria como desmontar àquela. Portanto, o eixo central que perpassa o ensaio-testemunho riseriano é a denúncia do que considera como o “sequestro do mestiço” (p. 16) na cultura e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo, a qual esbarra numa mixofobia tribalista ansiosa de negar a nação a favor dos grupos tidos por “identitários”, afinados à cultura *woke* norte-americana insuflada por excessos do descolonialismo e do que Eduardo Lourenço denominou por “ressaca da mundialização”, expressão que Risério repercute (p. 34). Ainda que parta da crítica às políticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como momento de clivagem do panorama brasileiro a esse respeito, seu alvo privilegiado incide sobre os governos

“lulopetistas” – exatamente aqueles para os quais Risério atuou nas campanhas presidenciais, nos dois primeiros mandatos de Lula da Silva (2003-2011), e no de Dilma Rousseff (2011-2016), que teve o seu segundo mandato impedido a meio –, e este último mandato de Lula (2023-), para o qual Risério demonstra um rompimento amargo e sem remissão. Para ele, ao abolir as classes a favor do racismo, para além do risco da segregação social, corre-se o risco de converter a nação numa espécie de “confederação de raças” (p. 127), espelhada na imagem de um Congresso Nacional que começa a aparecer como uma casa de cômodos (p. 299).

O autor se postula no campo da “esquerda democrática” (p. 19; p. 277) e aposta na individualidade como o caminho mais seguro para escapar às armadilhas dos “arautos da ‘diversidade’ (entre aspas, com certeza)” (p. 185), esforçando-se por colocar-se como intelectual independente – e as menções que vão de Jessé Souza e Zizek a Hayek e Demétrio Magnoli podem ser lidas, também, como uma tentativa de cancelar este esforço –, ao mesmo tempo, porém, em que evita cair em relativismos, advogando a defesa de um universalismo moral que, se tem a sua importância ao observar que atuais setores da esquerda dita “progressista” procuram negar a todo custo tudo o quanto possa resumir a valores culturais europeus (enquanto passa as férias ou se ilustra nos bancos académicos do Velho Mundo), por outro lado, por

vezes, acaba por cair em generalizações apressadas e moralizantes acerca de temas geopolíticos complexos. Nesta esteira, avalia, por exemplo, que a Rússia de Vladimir Putin e a China de Xi Jinping estão na “linha de frente anti-identitarista do mundo” (p. 67), desconsiderando, porém, que ambos os nacionalismos ancoram-se numa forte retórica de reforço de suas respectivas identidades nacionais e que a chamada “quarta teoria política” de Alexander Dugin possui lastro forte no conceito de etnia, mediado filosoficamente pelo *Dasein* heideggeriano. Não serve, portanto, para o Brasil, onde o nosso *ethos*, exatamente pela mestiçagem, é o de ser sem *ethnos*, ou saídos da “ninguendade”, como considerava Darcy Ribeiro. Às vezes, o ensaio leva a arrastar a pena e o testemunho a enrolar a língua e a confiança na própria individualidade independente como exercício de consciência crítica resvala para a consciência ingênua, como já salientara um dos maiores filósofos brasileiros – mais um daqueles dos quais o Brasil, periodicamente, dá-se ao falso luxo de relegar para a pátina do tempo – Álvaro Vieira Pinto.

Um dos pontos nos quais o autor mais deixa a desejar é no foco, quase exclusivo, que concede à crítica ao espírito de seita, advindo do puritanismo anglo-saxão, do “multicultural-identitarismo” (p. 100 e ss.) – o qual, no Brasil, sempre para Risério, seria advogado por “identitaristas tristropicais” (e os neologismos e os momentos nos quais o autor faz uso da linguagem coloquial

adicionam uma pimenta que confere sabor ao texto, atenuando alguma coisa da acidez e dos azedumes) –, enquanto quase ignora, para usar a expressão empregada por ele mesmo, o “identitarismo de direita” (p. 36; mencionado ainda, *en passant*, às páginas 102 e 219, por exemplo). Entre as alterações de Fernando Henrique Cardoso nos critérios para os censos populacionais brasileiros, o ingresso dos “identitaristas tristetropicais” à linha de frente da execução das políticas públicas nos primeiros mandatos de Lula da Silva e no mandato e meio de Dilma Rousseff, voltando agora à ribalta na ocupação de cadeiras ministeriais e sem deixar desguarnecidos os bastidores, como menciona a propósito de recente declaração, no mínimo problemática, de Simone Tebet (p. 297), os anos de governo de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022) parecem tragados por um buraco de minhoca do espaço-tempo brasileiro. Não será o caso, aqui, de supor o que leva a um autor autodeclarado como vinculado ao campo do que considera como “esquerda democrática” a combater quase que apenas e tão somente o “identitarismo de esquerda” e fazer vista grossa para o “identitarismo de direita” que dominou e ainda é fortemente atuante na sociedade brasileira nestes últimos anos. Mas é, sim, o caso de assinalar que esta é a principal deficiência do livro, ainda maior que a retórica refratária à tentativa de diálogo sustentada por Risério. A estratégia retórica será sempre opcio-

nal; segmentar a realidade pelo que dela convém, não o é.

Em que pese a gravidade deste reparo, ele não retira o mérito e o interesse por outras, pelo contrário, corajosas e afiadas inserções riserianas. Ao testemunhar e denunciar o “sequestro do mestiço”, Risério não teme em investir contra os paradigmas sagrados da sociologia uspiana e os interesses da Fundação Ford no Brasil (p. 135) – mas, lamentavelmente, nada diz sobre os Acordos MEC-USAID implementados no país após o Golpe de 1964, pela lei 5.540/68, tampouco sobre outros interesses mercadológicos mais recentes, fortes o bastante para atravessar a política educacional brasileira e embarrear, por exemplo, a revogação do Novo Ensino Médio com disciplinas do tipo “O que rola por aí” (sim, é mesmo isto). E o interesse mercadológico, para a discussão encetada por Risério, não é nada despiendo, como o próprio observa a propósito da confluência entre a agenda ESG e o apoio financeiro de conglomerados empresariais e midiáticos a alguns grupos e personalidades selecionadas do “multicultural-identitarismo” (p. 189). Afinal, como estampara Elza Soares em letras garrafais no videoclipe de “A carne”: rico negro no Brasil é branco e branco pobre no Brasil é negro.

O que poderia ser entendido como a vampirização do mestiço visando ao representacionismo estatístico, isto é, à estratégia de falsificação demográfica acusada por Risério aos censos popu-

lacionais brasileiros como forma de crescer, pelo somatório dos “pardos” (esta, sim, a maior fatia populacional brasileira) a identificação da parcela negra da população, engordando a representação do que Risério chama de “movimentos neonegros” (p. 301) não é apenas ridicularizado como o é a crença na “nova magia nominalista” (p. 258) que acredita que mudando a linguagem, muda-se o mundo, mas também debatida em termos propositivos pelo autor, ao sugerir ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “a troca da categoria ‘pardo’ pela tríade caboclo-mulato-moreno” (p. 179), mais afeita à diversidade étnica brasileira e menos sujeita a manipulações arbitrárias e vampirizadoras do mestiço ao bel-prazer de um ou outro grupo social, qualquer que seja.

Mas será ainda na última parte do livro, quando a mestiçagem e a identidade acabam por extrapolar o finca-pé de Risério nos não menos importantes dilemas da individualidade, que a liberdade, antes pensada na esfera individual como independência relativa aos nichos das igrejinhas ideológicas, ao alcançar dimensão coletiva orientada para a soberania brasileira nos âmbitos cultural e político, que o ensaio-testemunho de *Mestiçagem, Identidade e Liberdade* encontrará sua dimensão mais elevada, rebatendo a acidez e o azedume com o dendê aglutinador das utopias sociais. Propositivo e generoso, o autor esboça o seu projeto de utopia brasileira, projeto que não se instaura

no enalço de uma suposta fixidez monolítica da identidade mestiça, o que seria repisar os mesmos lugares antes combatidos, mas, antes, com pretensão significativamente mais ampla.

Mediante a defesa de um “universalismo antropológico” ancorado em Gianbattista Vico, no interior do qual a universalidade não acarreta na abolição da diferença (p. 308), retomando a proposição de Laplantine e Nouss acerca de uma universalidade mestiça que seja o inverso da atual globalização – e o futuro do mundo, pelas conexões mesmas produzidas pela globalização, encaminha-se para uma mestiçagem cada vez mais comum, extrapolando as fronteiras nacionais –, o que se pode considerar como o “programa riseriano” desloca a pressuposição do mito da “democracia racial” brasileira para a sua proposição como meta de ambição nacional (p. 314 e ss.), por meio da formulação e efetuação de uma “poética nacionalmente solidária” (p. 318), capaz de reunir as demandas por reconhecimento sociais e raciais como horizonte utópico a ser alcançado por uma “democracia sociorracial brasileira” (p. 321), lançando luz sobre o “Brasil Mestiço”: negro, indígena, branco, caboclo, mulato, moreno: brasileiro. Seria a vitória, adiciona, ainda mais do seu tempero baiano, do hibridismo barroco contra o binarismo bicolor do puritanismo anglo-saxônico (p. 322).

O programa riseriano, portanto, após atravessar o azedume e a acidez de seus dissabores, azeita suas engre-

nagens para moverem uma esteira no tempo brasileiro de longa duração, entre o que, no passado colonial, já começa a fazer do Brasil aquilo que ele é, e, no devir dos ponteiros brasileiros apontados para o futuro, é desejo utópico de ser o que o Brasil nunca foi: uma democracia social e racial, disposta a trilhar o seu próprio caminho no mundo ao invés de se colocar como cópia de segunda categoria de países que se sucederam na hegemonia da economia e da cultura ocidentais. Retomar o passo dessa caminhada, ajustar o tic-tac do ponteiro, exige então o que bem percebeu Jorge de Sena a propósito da literatura brasileira: ela pode ser lida como um longo ajuste de contas dos brasileiros consigo mesmos. E esse ajuste só poderá ser feito por esta via de mão-dupla na qual se transita entre a autognose com relação ao que fomos e o que somos e a autoafirmação entre o que ainda somos e desejamos ser: para pôr fim ao “sequestro do mestiço” é preciso pôr fim ao “sequestro do barroco”.

Íbero-americanos, perdedores da primeira corrida da modernidade, competiria ao Brasil a retomada e a proposição de uma modernidade neobarroca, consciente do teor da importância da mestiçagem (vale frisar, diferente da simples miscigenação) no interior da identidade cultural brasileira (una e ao mesmo tempo variada, jamais hermeticamente monolítica) para afirmação de uma liberdade individual que se possa manifestar como liberdade

nacional soberana. E o primeiro passo, expresso pela última frase de Risério neste primeiro volume de sua anunciada trilogia, convoca a que o leitor se olhe no espelho. Malgrado nossos dis-sabores, mais gordos ou mais magros, ainda estaremos lá. Mas, invertendo o poeta, nas últimas décadas, Narciso só tem achado feio o que é espelho. Estarão o Brasil e os brasileiros à altura de converter a consciência ingênua de seus mitos na consciência crítica para suas metas? Mostrará também Risério disposição para tanto e para modelar coerentemente o seu testemunho pela generosidade daquilo que ensaia, em seu fluxo contínuo e sem capítulos, onde tudo cabe junto e misturado, num mesmo jorro, um pouco como o próprio Brasil? A isto, apenas os tempos, o brasileiro e o riseriano, o coletivo e o individual, poderão evidentemente responder. Até lá, que aprendamos a converter o dissabor em sabor: o de nossos tempos e o deste livro. Antônio Risério já demonstrou ser capaz de fazê-lo. Falta, contudo, um pouco mais da maciez e do potencial aglutinador do dendê. Exímio conhecedor das sinhás pretas da Bahia, saberá, decerto, onde o encontrar. Se o usará ou não, isto ficará ao encargo de sua estratégia discursiva e de inserção no debate intelectual brasileiro. Esperemos pelos novos dis-sabores e sabores que nos reserva para o seu próximo volume.

Talles Faria

https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_18

